

## A IDEOLOGIA CONTIDA NOS LIVROS DIDÁTICOS\*

Rose Mary Leite<sup>1</sup> ( Centro Universitário Franciscano de Santa Maria)

**RESÚMEN:** *Este trabajo es una revisión bibliográfica que discute los aspectos ideológicos contenidos en los libros didácticos, destacando cómo algunos problemas de la educación, a ejemplo del fracaso escolar, ligase a una visión común en los textos que componen el libro didáctico, que non condicen con la realidad.*

**PALABRAS-LLAVE:** *libro didáctico; ideología; texto didáctico; educación; escuela.*

0. Introdução – Um dos agentes mediadores, entre a transformação da filosofia da classe hegemônica em senso comum para a classe subalterna, é o sistema educacional, dirigido e controlado pelo Estado, e que encerra, quase sempre, uma ideologia que determina os passos que a educação irá tomar no futuro e a forma como este processo educacional irá se desenvolver.

A escola assume, então, o papel de reprodutora e mantenedora dos interesses da classe dominante, e esses fatos não são novos, da mesma forma que o fracasso escolar não o é, sendo que o que ocorre são variações de índices (evasão, repetência) e graus de necessidades e dificuldades. Para instrumentalizar essa direcionalidade da educação, para a manutenção dos sistemas políticos dominantes, o livro didático, ferramenta de trabalho de muitas escolas hoje é patrocinado pelo próprio poder público, apresenta-se como o meio que ajuda a manter essa hegemonia do poder, conduzindo, ainda que muito sutilmente, para que não existam mudanças. Torna-se um meio de controle.

1. O fracasso escolar – Na época do Brasil-colônia não existiam escolas institucionalizadas e a educação era oferecida pelos jesuítas que preparavam os filhos dos donos de engenhos para se tornarem bacharéis e doutores. Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, em 1930, várias medidas foram tomadas no campo educacional. Foi criado o Ministério da Educação, foram regulamentadas as formas de funcionamento do ensino, fixadas as competências administrativas das instâncias do ensino (federal, estadual e municipal), implantada a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, introduzido o ensino profissionalizante. A partir de 1964, e com a Lei Federal 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases) estendeu-se definitivamente a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino para oito anos, e reduziu o ensino médio de sete para três anos, entre outras.

Como as escolas não dispuseram de equipamentos e/ou profissionais adequados, e as terminalidades oferecidas não correspondiam às necessidades regionais, o 2º grau não atendeu ao mercado de trabalho e tampouco preparou para o vestibular. O fracasso escolar continuou e perdura até hoje. Os índices de fracasso escolar no Brasil, segundo Freitag (1986), têm-se mantido em torno de 50% nos últimos anos.

As políticas de educação no Brasil, ao longo dos anos, têm-se caracterizado pela centralização de conceitos e normas oriundas do poder público, em suas instâncias federal, estadual e municipal, de onde partem os pressupostos a serem aceitos e executados pelos educadores, acompanhados ou não de treinamentos, manuais e outras formas de convencimento, de maneira que as bases planejadas contêm o comprometimento de todos. Nenhuma prática, ou negação de prática, é neutra, desvinculada de uma concepção de mundo, de homem, de sociedade, de educação. Dizer-se que a problemática do ensino reside na falta de capacidade dos alunos, de sua condição sócio-econômica ou no despreparo do professor em motivá-los para a aprendizagem, denota uma visão simplista e superficial da realidade.

2. Ideologia e alienação - Chauí (2002) destaca que no Brasil, um terço das crianças em idade escolar estão excluídas da educação, sem falar na pirâmide educacional, segundo a qual os que têm acesso à escola abandonam o estudo no decorrer do processo, sendo mínima a percentagem dos que atingem níveis superiores de escolarização. A superação desse problema não depende apenas da democratização do acesso à escola e da negação da escola dualista, onde a formação acadêmica se defronta com a educação técnica, mas também está atrelada à conquista de espaços possíveis de atuação nos sindicatos e nas organizações representativas dos mais diversos tipos.

A alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que o indivíduo vive, produzidas pela ação humana, também sob o peso das outras condições históricas anteriores e

---

\* Artigo científico apresentado ao Programa de Pós Graduação em Letras/Mestrado da Universidade Católica de Pelotas.

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa, Especialista em Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria.

determinadas, caracterizadas de duas formas, a primeira quando os homens não percebem que instituem a sociedade e a segunda, quando ignoram que a sociedade instituída determina seus pensamentos e ações.

Normalmente essa alienação se dá, pela aceitação dos alienados, como fruto de um processo natural calcado no senso comum social, resultado da elaboração intelectual sobre a realidade, descrita a partir da visão da classe dominante desta sociedade. Isso é o que se pode chamar de ideologia e é por meio dela que o ponto de vista, as opiniões e as idéias de uma das classes sociais – a dominante e dirigente – torna-se o ponto de referência de toda a sociedade.

Ideologia é um sistema de idéias, de representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social (ALTHUSSER, s. d). Tal ideologia tem por função sustentar e justificar teoricamente a ação; trata-se de princípios e normas que orientam a ação.

Para Nosela (1979):

Ideologia é entendida como uma leitura de uma situação histórica num conjunto de eventos, leitura orientada pelas exigências da ação a ser realizada. A ação exige que sempre exista um suporte teórico (ideologia) que a justifique, e este último não será a explicação mais exaustiva da realidade. Toda ideologia que sustenta uma ação tem a característica da parcialidade como uma exigência mesma da ação. (NOSELA, 1979, p. 64).

Consoante Chauí (2000):

A ideologia é um fenômeno histórico-social decorrente do modo de produção econômica. À medida que, numa formação social, uma forma determinada da divisão social se estabiliza, se fixa e se repete, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva, que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estágio das forças produtivas e pela forma da propriedade.

Cada um, por causa da fixidez e da repetição de seu lugar e de sua atividade, tende a considerá-los naturais; por exemplo, quando alguém julga que faz o que faz porque tem talento ou vocação natural para isso; quando alguém julga que, por natureza, os negros foram feitos para serem escravos; quando alguém julga que, por natureza, as mulheres foram feitas para a maternidade e o trabalho doméstico (CHAUÍ, 2000, p. 217).

A divisão social do trabalho, iniciada na família, prossegue na sociedade e, à medida que esta se torna mais complexa, leva a uma divisão entre dois tipos fundamentais de trabalho: o trabalho material de produção de coisas e o trabalho intelectual de produção de idéias. No início, essa segunda forma de trabalho social era privilégio dos sacerdotes; depois, tornou-se função de professores e escritores, artistas e cientistas, pensadores e filósofos (CHAUÍ, 1999).

Chauí considera que, como o grupo pensante domina a consciência social, tem o poder de transmitir as idéias dominantes para toda a sociedade, através da religião, das artes, da escola, da ciência, da filosofia, dos costumes, das leis e do direito, moldando a consciência de todas as classes sociais e uniformizando o pensamento de todas as classes. A autora define ideologia da seguinte forma:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. (...) a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classe, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (1981, p. 113).

Educar é transmitir idéias, conhecimentos que, através de uma prática podem transformar ou conservar a realidade, consistindo, portanto, em mediação entre teoria e prática. Vasquez, citado por Faria (1985, p. 7) diz:

A teoria em si (...) não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação (...) uma teoria é prática na medida que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.

Na sociedade capitalista em que mergulha o homem de hoje, Nosela (1979) salienta que a educação tem a escola como um dos instrumentos de sua dominação, cujo papel é reproduzir a sociedade burguesa, através da inculcação de sua ideologia e do credenciamento, que permite a hierarquia na produção, o que garante maior controle do processo pela classe dominante.

A escola transmite a ideologia dominante que está em todo o lugar. Para Faria (1985), é o lugar onde esta transmissão se dá planejada e organizadamente. A escola fundamental tem características especiais, pois é onde está a classe dos trabalhadores e como a escola é classista, quanto mais alto é o seu nível, menos elementos da classe trabalhadora se encontram. A burguesia dosa os conhecimentos a serem transmitidos pela escola primária, já que o saber também é de classe.

3. Livro didático e ideologia - As conseqüências da perspectiva ideológica, no campo educacional, são a chave para uma regressão ou para um progresso humano, na medida em que se encontram ou não os caminhos que possibilitem a plena atuação da liberdade. Nas sociedades modernas, a estrutura do poder pode desencadear toda uma série de medidas que atingem, direta ou indiretamente, o sistema educacional de um país, orientando, em função de interesses de grupos ou de classes, o trabalho educacional, que não deveria estar vinculado ideologicamente.

A escola é o centro de desenvolvimento da personalidade da criança, o segundo referencial (o primeiro seria a família) da sua formação. A ideologia dominante, como maneira de conceber o mundo não opera apenas enquanto maneira de as pessoas representarem o mundo, mas constitui elemento intrínseco às estruturas das crianças, ao mesmo tempo em que atua como elemento estruturador dessa personalidade, pelos processos de assimilação e acomodação. As crianças, submetidas à maciça imposição dessa ideologia, não irão apenas aprendê-la, mas terão toda sua estrutura de pensamento impregnada por ela.

Para Lajolo (1996, p. 4), livro didático é o que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. A mesma autora considera que no Brasil “uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina”.

Freitag et al. (1989) alertam que são poucos os críticos da ideologia do livro didático que se dão conta de que a ideologia está implícita também, e talvez mais radicalmente, na forma de apresentação do livro (seu aspecto físico, suas gravuras, o método de apresentação escolhido, a forma de programação do texto e do aprendizado, o tom confidencial das instruções etc.). Os trabalhos apresentados seriam unânimes em ressaltar que a ideologia contida no livro didático serviria para consolidar a hegemonia da classe dominante e com ela as relações de produção. Também seriam unânimes em afirmar que o livro didático, por ser ideológico, é alheio à realidade. Di Santo destaca:

Nosela (1979) afirma que além de uma visão padronizada e estática da família, de seus membros e do relacionamento entre eles, onde não há nenhum realismo, a instituição família é representada pelos textos de leitura também como ilha do mundo. Não se percebe pelas mensagens a inserção da família dentro da sociedade. De forma alguma se poderia esperar que, nesses textos, a família fosse apresentada como uma célula viva, ativa, como instrumento de renovação da sociedade em geral. É apresentada como lugar de paz, segurança e felicidade para os seus membros; não aparecem conflitos pessoais, nem reflexos dos conflitos sócio-econômicos e políticos existentes na sociedade capitalista. A família dos textos é completa, fechada, auto-suficiente, como um mundo existente à parte, em si e para si (DI SANTO, 2002, p. 4).

O objeto principal da ideologia dos textos é a família como instituição e não as pessoas concretas. A simbologia animal é mais um instrumento de imposição repetitiva de comportamentos de obediência desejados pelos pais e que se tornam moralmente necessários, até que possam ser automáticos nos indivíduos em qualquer idade e situação da vida adulta.

Segundo Nosela (1979),

Nos textos de leitura, as crianças, quando ativas, independentes, cheias de vida, originalidade e criatividade, são más, mal educadas, desobedientes e fazem travessuras. De forma semelhante os professores se referem aos alunos com tais características, valorizando aqueles que não atrapalham e não questionam e que também não são críticos nem criativos. Quando a criança é boa, estudiosa e obediente, é elogiada nos textos porque aprendeu o comportamento que lhe foi prescrito. A desobediência é sempre muito perigosa, pois acaba sendo castigada, não pelos pais, que são muito bons, mas pelo destino ou por entidades como bruxas e sacis, como no texto A abelhinha conta uma estória, onde a menina desobediente fugiu para a floresta sem o consentimento dos pais, deu de cara com o saci e ficou presa na casa de uma bruxa (NOSELA, 1979, p. 68).

As crianças da classe dominante têm vantagens de condições sociais prévias que lhes garantem êxito escolar e serão considerados naturalmente superiores, inteligentes, preparando-se para ocuparem os melhores empregos oferecidos pela sociedade. Assim é criado um círculo vicioso que, por meio do conteúdo educacional e de outros aspectos da estrutura escolar, manterá e legitimará o status quo.

Bruno (2004) aponta inúmeros problemas encobertos por essa ideologia massificante difundida aos alunos, como a importância da condição sócio-econômica do aluno para a determinação do seu sucesso ou fracasso escolar; a discriminação exercida pela sociedade capitalista mediante a escola, possibilitando que restrita minoria continue seus estudos com qualidade; problemas das desigualdades sociais são ignorados; problema do custo do estudo dos filhos para a economia familiar; a escola baseia-se num modelo autoritário e repressivo, onde os métodos de aprendizagem são fundamentados na disciplina e os relacionamentos entre professores e alunos são estáticos.

Ideologia dominante com mensagens singelas sobre a necessidade de preservação da árvore mascara as especulações econômicas que determinam a devastação de florestas. Segundo Chauí (2002), há uma desconsideração com os sérios problemas sócio-econômicos do país, enquanto se passa uma idéia de que tudo flui com naturalidade, de que a vida é um mar de rosas. Os rios são citados de maneira sentimental e poética, escondendo a triste realidade da poluição e da degradação dos mesmos, com a minimização da vida em função dos dejetos químicos resultantes das fábricas sem controle ambiental.

Da mesma forma, a natureza e seus elementos são contados pelos livros didáticos como exuberantes, abundantes com uma absoluta distância da realidade, longe do cotidiano e do que realmente existe, tendo como único objetivo ocultar os enormes problemas ecológicos resultantes da falta de política ambiental séria que demanda das relações de produção da sociedade capitalista.

Faria (1985) desenvolveu um estudo sobre o livro didático, em que, analisando 35 títulos de livros didáticos de 2ª à 4ª série do Ensino Fundamental, de variadas disciplinas, verificou uma forte ideologia contida nestes com relação ao tema trabalho. Segundo a autora, o livro didático atua como difusor de preconceitos, em que o índio é visto como selvagem, desconhecendo o progresso, nu e enfeitado com cocares; a mulher é valorizada enquanto mãe, doméstica ou bordadeira, costureira, babá. Igualmente o caboclo brasileiro é desvalorizado, qualificado de caipira, pejorativamente.

No entanto, é possível ver que os livros citados pela autora não encerram somente uma ideologia referente ao trabalho, mas ao mundo em geral. O índio, no livro didático, é visto como a mulher, a criança, o velho: de forma sui generis, sem qualquer importância humana ou profissional, sendo considerados trabalhadores apenas os negros, imigrantes e homens adultos, vistos como indivíduos de destaque. O preconceito aí contido está na discriminação da mulher como força de trabalho “dispensável” e, por isso, não sendo valorizada como elemento social, da mesma forma que o índio, tido apenas como mais um componente do quadro geral composto pelo livro, e as crianças e velhos, que só serviram para “dar trabalho” aos outros. Destaca-se, em três livros didáticos, uma condição subumana do índio:

Com referência ao negro, é possível destacar, do estudo de Faria (1985), que há, como acontece com o indígena, uma discriminação racial pelo trabalho desempenhado por ele à época da escravidão e que, por isso mesmo, deve continuar a ser tratado como escravo, sem direito a um “status” social, sem classificação hierárquica, já que é inferior. Destaca-se dos livros: Os negros eram escravos e moravam em péssimas construções, nas senzalas (NEVES, s.d., p. 50). (...) Os negros vinham para cá nos porões dos navios negreiros, muitos deles morriam durante a viagem (NEVES, s.d., p. 74). Mais à frente, a discriminação não mais se relaciona ao trabalho, mas à condição racial ou social: Com seu trabalho, muito contribuíram para o progresso do país, e deixaram influências em nossos costumes (NEVES, s.d., p. 52).

É possível notar, segundo Faria (1985), que a discriminação já entra no campo feminino, isto é, já há um preconceito contra a mulher, que se faz sentir, cada vez mais forte, nos trechos selecionados pela autora, em que se ressalta apenas o papel da mulher com a função de mãe e cuidar da casa, não aparecendo como ser humano normal, que trabalha para o progresso e, por isso, compõe o grupo social humano e tem direitos:

Esta (a baiana a que se refere o livro) é uma das figuras características e tradicionais que possuímos. Sua origem é africana, como africanos eram todos os negros que vieram povoar nossa terra, a baiana se tem celebrado pela sua maneira típica de vestir, que todos conhecem no Brasil e até no estrangeiro, embora lá fora tenha aparecido demasiadamente exagerada, com ares de fantasia de carnaval.

A baiana é, quase sempre, vendedora de quitutes e gulodices, como acarajé, abará, mungunzá (...) e um ar folgazão, alegre, feliz e despreocupado que a faz querida e simpatizada de todos.

Ela é, ainda, uma recordação viva da “mãe-preta” de outros tempos, dedicada, serviçal e amorosa para com o seu “filho-branco” (NEVES, s.d., p. 111).

Segundo Faria (1985), sempre que se fala em criança se fala em escola: “A casa e a escola são o meu tesouro” (p. 47). A criança e a família que aparecem no livro didático reproduzem os valores da pequena burguesia, principalmente no que se refere à vida no lar, valorização da casa, entre outros. A criança operária, a criança que trabalha, a criança de rua, o menor abandonado não existe, sendo o trabalho da criança apenas o estudo e para ter uma profissão é preciso estudar.

Neste contexto, a escola e a educação, representadas pelo professor, têm papel fundamental ou no desenvolvimento ou na mudança dessa concepção, através do conhecimento do conteúdo do livro didático, para poder usá-lo de outra forma na sua luta do dia-a-dia. O livro didático poderá ser mais um campo para atuação do professor, que lutará pelo novo livro com conteúdo informativo, histórico, enfim, um livro que realmente ensine e eduque o aluno. E como destaca Faria (1985), enquanto não se tem um novo livro didático, de qualidade, que reflita a realidade da vida cotidiana, deve-se fazer bom uso do livro que aí está. Segundo a autora, ele é um mal necessário, já que de alguma forma facilita o trabalho do professor.

Característica imutável desse mundo ilusório dos textos é a celebração do relacionamento vertical (doador-receptor) que se articula em todos os temas. Dentro desse esquema nota-se a relação de autoridade de pais sobre os filhos, do homem sobre a mulher, da Pátria sobre seus cidadãos, da natureza sobre o trabalhador. Neste contexto, o objetivo real da ideologia subjacente aos textos didáticos é o de criar um mundo relativamente coerente, justo e belo, no nível da imaginação, com função de mascarar um mundo real que, contraditório e injusto, é necessário para os interesses das classes hegemônicas.

Dessa forma, o livro didático tem-se, ao longo dos anos, prestado à manutenção dos conceitos idealizados por aqueles que detêm o poder e não querem dele se afastar, procurando, através do processo educacional, manter e, se possível, ampliar sua atuação como detentor hegemônico desse poder.

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir alguns aspectos ideológicos contidos nos livros didáticos e, através de uma pesquisa bibliográfica, destacar como alguns problemas da educação, a exemplo do fracasso escolar, estão ligados a uma visão comum nos textos que compõem o livro didático, que não condizem com a realidade.

PALAVRAS-CHAVE: livro didático; ideologia; texto didático; educação; escola.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- BRUNO, Paulo. Considerações sobre os livros de "Introdução à Enfermagem", utilizados nos cursos de nível médio. Rio de Janeiro: SENAC, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ideologia. O Dialético. 2002. Disponível em: <http://www.odialetrico.hpg.ig.com.br/filosofia/ideologia1.htm>. Acesso em 01/05/2005.
- DI SANTO, J. M. R. A ideologia subjacente nos textos didáticos. Resenha crítica da obra "As belas mentiras" de Maria de Lourdes Chagas Neiró Nosella. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.com.br/> Acesso em 20/05/2005.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. Ideologia no livro didático. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.
- FREITAG, Bárbara; MOTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. O livro didático em questão. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. (Coleção educação contemporânea).
- LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, 16 (69):3-9, jan./mar. 1996.
- NEVES, Débora. Estudos sociais e ciências. 3ª série. Rio de Janeiro: IBEP, s.d.
- NOSELA, M. L. C. D. As belas mentiras. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.